

O VERBETE “BRAZIL” NAS EDIÇÕES
PORTUGUESAS DO *DICTIONNAIRE UNIVERSEL
D’ÉDUCATION ET D’ENSEIGNEMENT* (1872): A
IMAGEM DE UMA NAÇÃO NO SÉCULO XIX

THE ENTRY “BRAZIL” IN THE PORTUGUESE
EDITIONS OF THE *DICTIONNAIRE UNIVERSEL
D’EDUCATION ET D’ENSEIGNEMENT* (1872): THE
IMAGE OF A NATION IN THE 19TH CENTURY

JHULY DE JESUS LOPES ¹

Resumo: Este estudo analisa o verbete “Brazil” nas edições portuguesas de 1873 e 1886 do *Dictionnaire universel d’éducation et d’enseignement*, focando nas descrições de variados aspectos do Brasil elaboradas por E. M. Campagne, o tradutor Camilo Castelo Branco e o ampliador José Nicolau Raposo Botelho. Entendendo que os escritos do verbete integram uma construção discursiva destinada à formação de uma imagem nacional brasileira, examinamos como a produção e circulação de obras impressas no Brasil durante a segunda metade do Oitocentos moldaram não só as línguas, mas também os discursos que fomentaram o sentimento de pertencimento a uma comunidade. Dessa maneira, investigamos os conteúdos específicos desses discursos, revelando o papel crucial dessas obras na consolidação de uma identidade nacional, especialmente durante as últimas décadas do século XIX.

Palavras-chave: Brasil Imperial; Enciclopédia; Nação.

Abstract: This study analyzes the entry “Brazil” in the Portuguese editions of 1873 and 1886 of the *Dictionnaire universel d’éducation et d’enseignement*, focusing on the descriptions of various aspects of Brazil written by E.M. Campagne, translator Camilo Castelo Branco, and editor José Nicolau Raposo Botelho. Recognizing that the writings within the entry contribute to a discursive construction aimed at shaping a Brazilian national identity, we examine how the production and circulation of printed works in Brazil during the latter half of the 19th century influenced not only language but also the discourses that fostered a sense of national belonging to a community. Consequently, we investigate the specific contents of these discourses, revealing the crucial role of these works in the consolidation of a national identity in the final decades of the 19th century.

Keywords: Encyclopedia; Imperial Brazil; Nation.

¹ Mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em História Social da Cultura da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, bolsista FAPERJ. (Email: jhulydjlopes@gmail.com)

Introdução

Em 1872, o *Dictionnaire universel d'éducation et d'enseignement* era publicado em um volume único de cerca de mil páginas pela Typographie Lahure, em Paris, sob autoria de E. M. Campagne. A primeira edição portuguesa do *Dictionnaire*, agora chamado de *Diccionario universal de educação e ensino*, foi publicada em 1873 pela Livraria Internacional de Ernesto e Eugenio Chardon, com sedes no Porto e em Braga, com tradução e acréscimos de Camilo Castelo Branco. Contendo agora dois volumes de cerca de oitocentas páginas, a evidente ampliação da obra se dá em resultado das inserções do tradutor. Em 1886, o *Diccionario* recebeu mais uma edição, em cujo subtítulo consta a informação “Nova edição portuguesa ilustrada”,² aumentada por José Nicolau Raposo Botelho, além dos acréscimos prévios de Camilo Castelo Branco. Nessa edição, o dicionário foi ampliado novamente e passou a conter três volumes, de quase mil páginas cada, além da inserção de verbetes pedagógicos e comportamentais.³ Ao fim, a edição portuguesa de 1886 se tornou praticamente uma modificação completa do projeto inicial de E. M. Campagne; no entanto, sua autoria permaneceria reconhecida em todas as edições.

E. M. Campagne publicou obras ficcionais e científicas, voltadas, sobretudo, para o público não acadêmico.⁴ José Nicolau Raposo Botelho, oficial do Exército Português, atuou como professor na Escola do Exército, no Liceu Central do Porto e na Escola Normal do Porto e dirigiu o Colégio Real Militar.⁵ Ele também redigiu manuais escolares, especialmente nas disciplinas de Geografia e Matemática. Camilo Castelo Branco, renomado escritor português, foi um dos principais nomes da segunda fase do Romantismo em Portugal, e também atuou como tradutor e crítico literário. Entre seus romances, cabe destacar *Amor de perdição* (1862), uma das principais referências do Romantismo português.⁶

² Todos os escritos de época, inclusive todas as citações posteriormente analisadas das edições do *Diccionario universal de educação e ensino* estão atualizadas segundo o Novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa.

³ Essa característica é evidenciada pela inserção de verbetes como “Obediência”, ausentes tanto no *Dictionnaire* quanto na edição portuguesa de 1873. Nos escritos, os verbetes pedagógicos visam claramente, além de tratar de determinados assuntos, instruir e aprimorar o comportamento e a educação de quem os lesse, especialmente dirigidos a professores e alunos.

⁴ As informações sobre E. M. Campagne são de difícil acesso, sendo possível encontrá-las apenas por meio de suas obras dispostas em acervos franceses, como o da Bibliothèque nationale de France. Cf. FRANÇA. BIBLIOTHÈQUE NATIONALE DE FRANCE. (org.). **Catalogue Général**. Notice de personne. Disponível em: <https://catalogue.bnf.fr/ark:/12148/cb12990466w.public>. Acesso em: 26 fev. 2026.

⁵ DICIONÁRIOS PORTO EDITORA (INFOPÉDIA) (Porto). Porto Editora. **José Nicolau Raposo Botelho**. Disponível em: [https://www.infopedia.pt/artigos/\\$jose-nicolau-raposo-botelho](https://www.infopedia.pt/artigos/$jose-nicolau-raposo-botelho). Acesso em: 26 fev. 2016.

⁶ Camilo Castelo Branco. [s.d.]. A partir de Jacinto do Prado Coelho, Introdução ao Estudo da Novela Camiliana, 2.^a ed., 2.^o vol., 1983, e José Viale Moutinho, Memórias Fotobiográficas (1825-1890) do escritor (Lisboa, Ed.

Porém, na folha de rosto da edição de 1886, a obra dispõe apenas de informações concisas sobre seus escritores: lê-se que E. M. Campagne é “Diretor de Colégio”, José Nicolau Raposo Botelho é “Capitão de Infantaria e Professor no Liceu Central do Porto” e não há informações sobre Camilo Castelo Branco. Consta, também, que o *Diccionario* pretende ser:

útil à mocidade de ambos os sexos, às mães de família, aos professores, aos diretores e diretoras de colégios e aos alunos que se preparam para exame, contendo o mais essencial da sabedoria humana e toda a ciência quotidianamente aplicável em assunto de Educação, de Instrução Primária e Instrução Secundária.⁷

Campagne indica novamente seu público-alvo no “Prefácio” e reforça seu desejo de que o dicionário fosse satisfatório para quem o utilizasse. A obra, de acordo com seu autor, dirige-se a professores, diretores, mães, filhos em idade escolar, mas também a todas as pessoas “desejosas de instrução”. O *Diccionario universal de educação e ensino*, entretanto, expõe uma particularidade: seu caráter narrativo e opinativo, para além dos significados das palavras, próprios a um dicionário.⁸ Enquanto o conteúdo quase literário das acepções sugere a nós, leitores, que se trata mais de uma enciclopédia⁹ do que de um dicionário, julgamos que o verbete “Brazil”,¹⁰ ampliado pelo tradutor e, posteriormente, acrescentado pelo militar português, merece uma leitura mais cuidadosa.

Na ocasião em que foi publicado o *Diccionario*, na década de 1870, as elites letradas, apoiadas, em maior ou menor grau, por proprietários de terras e de escravizados, já há algum tempo empenhavam-se, junto ao Estado Imperial, na tarefa de consolidar uma suposta identidade brasileira que, para eles, nascera desde o período colonial. Esse esforço promoveu, entre outras iniciativas, a fundação da Academia Imperial de Belas-Artes (1826) e do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838); a publicação e circulação de obras dedicadas ao passado da nação, além de sua geografia e de seus primeiros habitantes; e a disseminação dos modelos políticos, econômicos, filosóficos e culturais europeus — especialmente, ingleses e

Caminho, outubro, 2009). Disponível em: <https://impresanacional.pt/camilo-castelo-branco/>. Acesso em: 26 fev. 2026.

⁷ CAMPAGNE, Émile-Mathieu; BRANCO, Camilo Castelo. **Diccionario universal de educação e ensino**. Braga: Livraria Internacional de Eugenio Chardron, 1873. Folha de rosto.

⁸ As acepções dos dicionários geralmente informam apenas a definição da palavra, seus significados linguísticos e/ou informações sobre a origem e o gênero da palavra.

⁹ As acepções presentes em enciclopédias geralmente abrangem informações sobre um determinado assunto, objetos e/ou fatos, incluindo significados extralinguísticos e dados relacionados a diversos campos do conhecimento.

¹⁰ CAMPAGNE, Émile-Mathieu; BRANCO, Camilo Castelo, *op. cit.* v. 1, p. 130-136.

franceses — considerados à época como o auge da civilização. Contudo, esse esforço também resultou em apagamentos. Neste sentido, a língua portuguesa (ou brasileira) irá exigir a atenção dessas elites — preocupadas com o tupi-guarani e os idiomas africanos, praticados em vastas regiões do território — pois sua legitimação, na condição de idioma nacional oficial, unificava e fortalecia esses grupos sociais dominantes.

Posto que dicionários e enciclopédias oitocentistas objetivam legitimar uma língua praticada por uma comunidade expressiva de indivíduos, a partir de definições e significados de vocábulos e/ou informações sobre um conjunto amplo de assuntos, pretendemos pesquisar no primeiro volume do *Diccionario universal de educação e ensino*, o verbete “Brazil”, nas edições de 1873 e 1886. Nosso objetivo principal é analisar os discursos por meio dos quais tanto Campagne quanto Castelo Branco e Raposo Botelho descrevem o território e seus habitantes, e se estes conduzem a imaginação do leitor à ideia de uma unidade que remonta à descoberta das terras brasileiras e à percepção da evolução de sua sociedade. Além disso, na medida em que o *Dictionnaire* foi elaborado por um estudioso francês e traduzido e ampliado por dois letrados portugueses, pretendemos examinar como uma determinada imagem do país, concebida, não por brasileiros, mas por europeus, teve circulação no território brasileiro.

Uma breve comparação entre o verbete “*Brésil*” no *Dictionnaire universel d’éducation et d’enseignement* (1872) e o verbete “Brazil” no *Diccionario universal de educação e ensino* (1873) indica algumas diferenças expressivas entre Campagne e Camilo Castelo Branco. Na edição francesa, as acepções de Campagne são divididas em três tópicos: a descrição da natureza, em especial os rios e as minas; aspectos do porto da cidade do Rio de Janeiro e seu comércio; e características dos habitantes do Brasil. Na edição portuguesa de 1873, além da definição de Campagne, Camilo Castelo Branco discorre sobre a história do Brasil, desde o descobrimento até as primeiras décadas do governo de D. Pedro II, examinando, em seguida, aspectos geográficos, econômicos e administrativos do território. Com a colaboração de José Nicolau Raposo Botelho, o verbete no *Diccionario* de 1886 é mais ampliado com informações sobre clima, solo, rios e seus afluentes e dados demográficos. O verbete, enfim, termina com um quinto tópico dedicado à descrição do sistema educacional e das instituições escolares no Brasil. A escrita é permeada por opiniões, críticas e comentários dos autores. A título de exemplo, podemos destacar o forte apoio ao regime monárquico — contrastando com certo desprezo por regimes republicanos —, o apreço às instituições e as críticas à estruturação da

instrução pública. Ressalte-se que o verbete, no *Dictionnaire* de 1872, tem apenas uma página; enquanto na edição portuguesa de 1886, passa a ter surpreendentes dez páginas.

Neste artigo, buscamos, portanto, examinar as características do verbete “Brazil”, na perspectiva teórica que Benedict Anderson desenvolveu em seus trabalhos sobre *comunidades imaginadas*, no sentido de que a produção e circulação de obras impressas, como o *Diccionario universal de educação e ensino*, moldam não apenas as línguas, mas a elaboração de discursos que inspiram o sentimento de pertencimento.

Produção lexicográfica no Brasil e a formação de uma comunidade imaginada brasileira

Embora houvesse paralelos com o trabalho realizado em Portugal, a lexicografia brasileira desenvolveu especificidades próprias, ligadas ao contexto da colonização e ao compartilhamento da língua. Como salienta o pesquisador José Horta Nunes, a dicionarização no Brasil é um processo histórico, com fatores e etapas de instrumentalização da língua que se inter-relacionam a acontecimentos ocorridos no país.¹¹ No século XIX, especialmente no Rio de Janeiro, a produção de dicionários ganhou força, impulsionada por fatores políticos, culturais e sociais, como a presença da Corte imperial. É neste contexto que as edições de 1873 e 1886 do *Diccionario universal de educação e ensino* chegam ao território brasileiro.

Trataremos aqui o nacionalismo segundo os aportes teóricos de Benedict Anderson, no qual pode ser interpretado como um artefato cultural. Esse fenômeno tem como componente principal a formação de identidade por meio de um determinado grupo social, que cria e estimula representações de uma vida coletiva. Essas representações implicam o sentimento de que esse conjunto de pessoas está unido em razão de diversas condições e/ou noções, como a língua. Na sociedade brasileira do século XIX, após a independência, a maioria da população era analfabeta. A elite letrada que se constituía no território, no entanto, ainda que distante da realidade da maioria analfabeta, desempenhou papel fundamental na construção de uma consciência nacional. Muitos de seus membros estudaram na Europa ou nas primeiras

¹¹NUNES, José Horta. Dicionarização no Brasil: condições e processos. In: NUNES, José Horta; PETTER, Margarida (org.). **História do saber lexical e constituição de um léxico brasileiro**. São Paulo: Humanitas / FFLCH / USP: Pontes, 2002. p. 102.

instituições brasileiras¹² que começavam a se firmar no território e, a partir do reinado de D. Pedro II, passaram a refletir sobre o que significava ser brasileiro. Essa elite, apoiada pela econômica, buscava enfrentar os desafios da construção da nação¹³ e consolidar uma identidade coletiva, tendo a língua como elemento essencial.

No Brasil, as ideias incorporadas à língua desempenham um papel fundamental na criação de uma comunidade imaginada. As elites empenharam-se na formação de uma nacionalidade e na garantia de sua continuidade,¹⁴ ao projetar uma nacionalidade unificada por processos sociais, culturais e políticos, mesmo que restrita a uma parcela da população. Símbolos e tradições foram discutidos como instrumentos de coesão, e o texto impresso tornou-se essencial para difundir essas ideias, fossem eles produzidos nas casas-editoras que se instalavam na Corte desde a chegada da família real em 1808,¹⁵ fossem produzidos na Europa e trazidos para a Corte por meio do comércio de livros que se estabelecia de modo progressivo, com forte presença de comerciantes portugueses e franceses.¹⁶ A ideia de pertencimento discutida por Anderson, assim, pode ser percebida no Brasil, por meio da difusão de jornais, livros e romances em folhetins, os quais revelavam as representações dessas comunidades que se pretendia unificar. As línguas impressas e disseminadas tinham uma grande relevância ideológica e política, sendo utilizadas em manuais, compêndios, gramáticas e glossários, e, em nosso caso, os dicionários e enciclopédias.

Após pesquisa em acervos da cidade do Rio de Janeiro, encontramos o *Diccionario universal de educação e ensino*, nas edições de 1873 e 1886, disponível em um total de quatro bibliotecas da cidade do Rio de Janeiro, todas fundadas no século XIX. Existem, no total, seis exemplares da obra: em três instituições (Fundação Biblioteca Nacional,¹⁷ Biblioteca da

¹² Após a década de 1850, os estudos foram gradualmente descentralizados de Portugal, e começava-se a buscar ensino superior nas demais instituições europeias. Cf. CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem: a elite política imperial*. 4ª. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008. p. 86.

¹³ BOTELHO, Tarcísio Rodrigues. Um povo para uma nação: censos e a construção nacional no Brasil Imperial. In: BOTELHO, Tarcísio Rodrigues. **População e nação no Brasil do século XIX**. 1998. 241 f. Tese (Doutorado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998. f. 148-178. p. 159-160.

¹⁴ VIEIRA, Nanci Rita Ferreira; NEIVA, Luciano Santos. Representações nacionalistas na formação histórico-literária brasileira. **IPOTESI—REVISTA DE ESTUDOS LITERÁRIOS**, v. 18, n. 1, p. 63-72, 2014. p. 65.

¹⁵ GRANJA, Lúcia. A circulação dos impressos no Brasil do século XIX (atores do mundo dos livros). **Olho d'água**, v. 13, n. 1, 2021. p. 132.

¹⁶ *Ibidem*, p. 133.

¹⁷ As peças iniciais do acervo da FBN chegaram com a Corte de D. João VI, em 1808. Posteriormente, a instituição realizou diversas reformas e ampliações de seu acervo ao longo do século XIX, até chegar ao seu atual edifício, na Avenida Central, atualmente Avenida Rio Branco, no Rio de Janeiro.

Marinha¹⁸ e Biblioteca de Rui Barbosa¹⁹) há apenas exemplares da edição de 1886; o Real Gabinete Português de Leitura²⁰ é o único com exemplares das duas edições.

O *Diccionario* teve também sua recomendação de leitura no Brasil, como atesta o trabalho feito pelas pesquisadoras Ana Paula de Souza Kinchescki, Luiza Pinheiro Ferber e Vera Lucia Gaspar da Silva no artigo *Em defesa da escolarização da infância: notas sobre a obrigatoriedade e o provimento material*²¹. Além disso, podemos encontrar diversos pontos de venda da obra em jornais cariocas como o *Jornal do Comércio*²² e *O Apostolo*,²³ mas também em outras províncias, como no *Diario de Belém*²⁴ e no *Correio Paulistano*²⁵. Esta recomendação e circulação nos jornais pode representar a inserção da obra no mercado editorial e, sobretudo, sua legitimação como ferramenta de instrução. Ao ser recomendado e divulgado em veículos de imprensa de grande alcance, o *Diccionario* reforçava a ideia de que a língua e o conhecimento sistematizado eram pilares de uma dada formação nacional, a qual se buscava no contexto sócio-político e cultural da segunda metade do Oitocentos.

Benedict Anderson argumenta que os acontecimentos de uma comunidade foram transformados em ideias por meio dos impressos e da criação de conceitos.²⁶ A ampla circulação da língua promovia unidade linguística, uniformizando fala e pensamento. Assim, a língua nacional não se restringia ao idioma comum, mas também à formação de ideias voltadas à coesão da nação. Nesse sentido, materiais impressos como o *Diccionario universal de educação e ensino*, mesmo que produzidos por estrangeiros, corroboram a teoria de Anderson, pois, ao difundir e padronizar a língua, contribuíram para a construção de uma

¹⁸ Originalmente chamado Depósito de Escritos da Real Academia dos Guardas-Marinha de Portugal, em 1802, seu nome atual foi adotado em 1846, durante o reinado de D. Pedro II, por meio de um decreto assinado pelo imperador. O acervo da BM é composto por mais de cem mil peças e concentra-se em documentos históricos de diversas temáticas.

¹⁹ A Biblioteca de Rui Barbosa é composta pelas obras da biblioteca particular de Rui Barbosa, importante jurista e político nas décadas finais do século XIX e iniciais do XX. Os livros contêm carimbos, assinaturas e, em muitos casos, anotações autógrafas do próprio Rui Barbosa.

²⁰ Fundado em 1837 por um grupo de imigrantes portugueses, visando criar “uma biblioteca para ampliar os conhecimentos de seus sócios e dar oportunidade aos portugueses residentes na então capital do Império de ilustrar o seu espírito”. A biblioteca foi aberta ao público no ano de 1900 e permanece acessível até os dias atuais.

²¹ Cf. KINCHESCKI, Ana Paula de Souza; FERBER, Luiza Pinheiro; SILVA, Vera Lucia Gaspar da. Em defesa da escolarização da infância: Notas sobre a obrigatoriedade e o provimento material. *Communitas*, v. 7, n. 15, p. 18-36, 2023.

²² **JORNAL DO COMMERCIO**. Rio de Janeiro, 1874.

²³ **O APOSTOLO: Periodico religioso, moral e doutrinario, consagrado aos interesses da religião e da sociedade**. Rio de Janeiro, 1876.

²⁴ *DIARIO DE BELÉM: Folha Politica, Noticiosa e Commercial*. Belém, 1874.

²⁵ **CORREIO PAULISTANO**. São Paulo, 1876.

²⁶ *Ibidem*. p. 124.

comunidade imaginada no Brasil, na qual a língua nacional se tornou um pilar de unidade e identidade, mesmo que de um grupo restrito.

O verbete “Brasil” nas edições do *Dictionnaire universel d’éducation et d’enseignement*: a imagem de uma nação no século XIX

Para a análise do verbete “Brasil”, diferenciamos os escritos atribuídos respectivamente a E. M. Campagne, Camilo Castelo Branco e José Nicolau Raposo Botelho. Os textos de Campagne são examinados quando tratamos do *Dictionnaire universel d’éducation et d’enseignement* (1872); os de Castelo Branco, quando citamos o *Diccionario universal de educação e ensino* (1873); e os acréscimos de José Nicolau Raposo Botelho são discutidos quando falamos do *Diccionario universal de educação e ensino* (1886).

No *Dictionnaire universel d’éducation et d’enseignement*, as acepções do verbete “Brésil” ocupam uma única página,²⁷ em que se trata dos aspectos naturais do Brasil, como clima, solo e matérias-primas; o porto do Rio de Janeiro e sua população, com destaque para as populações indígenas, referidas por Campagne como “selvagens”. Ao descrever o porto do Rio de Janeiro, onde está localizada a Corte do Império, é enfatizado no verbete a grande quantidade de navios de várias nações e a movimentação intensa de barcos. A cidade é retratada como bela, situada ao pé de altas colinas, com muitas igrejas e conventos.

São geralmente estreitas as ruas do Rio, mas são bem ladrilhadas, orladas de passeios e muito aciadadas. O que ali há mais de notar é não se encontrarem mendigos, nem tabernas, nem bordeis, nem outras oficinas de libertinagem. É gracioso o aspecto das casas, que todas rescendem agradável limpeza.²⁸

Conforme relata o dicionarista, as ruas são estreitas, porém bem pavimentadas e limpas. Um ponto interessante, porém, é a menção à ausência de mendigos na cidade. Luiz Carlos Soares, em *O “Povo de Cam” na capital do Brasil: a escravidão urbana no Rio de Janeiro do século XIX*, informa que a mendicância era, na verdade, uma atividade frequente

²⁷ Para analisar as acepções de “Brésil” definimos como base os escritos do *Dictionnaire universel d’éducation et d’enseignement*. Para melhor entendimento, as transcrições foram extraídas do *Diccionario universal de educação e ensino*, de 1873, traduzidas por Camilo Castelo Branco. Apenas eventuais escritos de Campagne que não estejam traduzidos por Castelo Branco serão transcritas em francês.

²⁸ CAMPAGNE, Émile-Mathieu; BRANCO, Camilo Castelo, *op.cit.* v. 1, p. 131.

tanto entre brancos quanto entre negros, fossem eles livres ou cativos.²⁹ Campagne também menciona a escassez de casas de libertinagem no Rio de Janeiro, mas Soares aponta um alto índice de prostituição na Corte, envolvendo principalmente mulheres, livres ou escravizadas.³⁰ Não são conhecidas as fontes examinadas por Campagne que resultaram nessa narrativa elogiosa da cidade do Rio de Janeiro. O fato é que ela não corresponde à realidade da Corte, de acordo com pesquisadores contemporâneos.

Campagne, enfim, descreve a população do Brasil, em especial os comerciantes e os povos indígenas. Ao tratar dos comerciantes, afirma que os de classe elevada são agradáveis, ao contrário dos das classes mais baixas. No entanto, ele parece se esforçar para elogiar a população do Brasil, como podemos perceber no trecho a seguir:

Os brasileiros das classes elevadas são do agradável trato, lhanos, joviais, afetuosos, e muito dados; mas os merceeiros de baixa esfera são pouco afáveis, e faz-se mister grande cabedal de paciência para mercadejar com eles. Todavia, são muito honrados, e, pelo comum, muito caritativos.³¹

Ao descrever os brasileiros das classes elevadas como afáveis e cordiais, em contraste com ditos de baixa esfera, vistos como pouco afáveis, o autor reproduz uma perspectiva marcada pela hierarquia social e pela valorização dos grupos mais elevados. Essa visão reflete tanto o imaginário europeu sobre a cordialidade tropical quanto o reforço de estereótipos que associavam refinamento às classes dominantes e simplicidade ou rudeza às classes menos abastadas. Ainda assim, o reconhecimento da honra e da caridade mesmo entre os mais humildes sugere uma tentativa de equilibrar o julgamento moral com uma apreciação de virtudes, ao defini-los como caridosos, algo presente no discurso europeu do século XIX.

O dicionarista também expõe observações sobre o carnaval no Brasil. Ele detalha a população brasileira como melancólica e indolente, geralmente quieta, mas enfatiza a alegria e o entusiasmo com que participam das festividades carnavalescas, afirmando que se entregam “de corpo e alma” ao evento. Nesta descrição, podemos ver como o dicionarista parece reforçar uma imagem idealizada do país como espaço de festejo e felicidade, mas também atribui às populações brasileiras uma suposta inatividade e melancolia. Essa

²⁹ SOARES, Luiz Carlos. Os escravos na prostituição e na mendicância. In: SOARES, Luiz Carlos. **O “Povo de Cam” na capital do Brasil: a escravidão urbana no rio de janeiro do século XIX**. Rio de Janeiro: Faperj, 2007. p. 185.

³⁰ CAMPAGNE, Émile-Mathieu; BRANCO, Camilo Castelo, *op. cit.* p. 131.

³¹ *Idem.*

percepção parece derivar das concepções oitocentistas segundo as quais o clima tropical seria responsável por despertar tais sentimentos:

[D]urante o carnaval é que se despertam os mais sonolentos; reina então tumultuoso prazer em todas as casas e ruas; as próprias moças brasileiras, de seu natural taciturnas e melancólicas, esquecem o retiro e a timidez ordinária, e lá vão na torrente de alegria.³²

Campagne também diz que “nas imensas florestas virgens que cobrem o interior do Brasil, vivem muitas tribos selvagens”³³ e caracteriza apenas duas populações indígenas específicas: os tupiniquins e os taperivas. Segundo o francês, os tupiniquins são “corpulentos, infatigáveis no trabalho, e de agilidade maravilhosa, além de que, para o dicionarista, “[v]ivem vagabundeando, e levam a destruição onde quer que chegam”.³⁴ Em contraste, os taperivas, descritos como uma tribo situada no norte do território brasileiro, são considerados por Campagne menos bárbaros e mais cortesões com os estrangeiros. Além disso, o dicionarista afirma que são valentes na guerra e, desde pequenos, adornam os lábios com enfeites que mudam conforme crescem.³⁵ Essa diferenciação entre grupos indígenas parece-nos reforçar a ideia de que alguns poderiam ser mais facilmente integrados aos costumes europeus e/ou catequizados, enquanto outros seriam inteiramente violentos e bárbaros, sem capacidade de integração.

Os escritos de Campagne espelham a mentalidade de seu tempo, marcada por uma perspectiva europeia que buscava compreender o Brasil a partir de categorias culturais e sociais próprias de sua realidade. Ao tratar dos indígenas, ele discorre sobre as diferenças entre as tribos e o suposto medo, ao qual se acrescenta a admiração, que os habitantes, incluindo os portugueses, manifestavam em relação a eles. Suas acepções, contudo, são amplas, fazendo jus ao objetivo de seu projeto de enciclopédia, como exposto no Prefácio.

Na edição portuguesa de 1873, foram acrescentadas seis páginas ao verbete “Brasil”. Os acréscimos realizados nessa edição foram feitos por Camilo Castelo Branco com o auxílio de alguns colaboradores, cujos nomes aparecem na “Advertência do Tradutor”, acrescentada nesta edição da obra. O escritor não altera os escritos de E. M. Campagne, mas continua as acepções como se fossem, de fato, um complemento ao texto anterior. Nas acepções desta

³² *Idem.*

³³ *Idem.*

³⁴ *Idem.*

³⁵ *Idem.*

primeira edição portuguesa, observa-se que Camilo Castelo Branco se limitou a inserir um trecho integralmente entre aspas, deixando claro que se trata de uma transcrição de textos de outros autores, identificados como Eugène Garay de Monglave e Joaquim Pinto de Campos, citados ao final de suas respectivas passagens.

As primeiras aspas adicionadas pelo letrado são de Garay de Monglave, que narra desde antes da descoberta das terras pelos portugueses, mencionando, inclusive, expedições espanholas que chegaram ao Amazonas. O trecho inserido pelo escritor enfatiza que a descoberta de Pedro Álvares Cabral foi por acaso, e que Portugal manteve uma relação descuidada com as terras brasileiras até o início da terceira década de 1500.³⁶ Em seguida, explica, de forma detalhada, que, a partir do governo de Tomé de Souza e de algumas medidas adotadas por D. João III, Rei de Portugal e Algarves, o Brasil começou a prosperar. No decorrer do século XVII, seu desenvolvimento chamou a atenção de outras nações europeias, como França e Holanda. É interessante notar que o escritor, ao discutir o conflito entre holandeses e portugueses, adota a expressão “pátria americana” para se referir ao Brasil, libertado pelos portugueses que lutaram contra as forças opressoras dos holandeses. Essa narrativa pode ser interpretada como um dos elementos que compunham o nacionalismo português, na perspectiva de que os lusitanos nutriam um grande amor pelas terras brasileiras e, por isso, defenderam-nas fervorosamente.

Além disso, é curioso observar como a adição feita por Castelo Branco descreve D. João VI. Ele enfatiza que o monarca fugiu de Portugal devido à ameaça do exército francês, no auge das conquistas de Napoleão Bonaparte e, ao narrar sua estada no Brasil, o escritor aponta diversas falhas e equívocos cometidos por ele e pela Corte durante o período em que aqui estiveram. Embora a nova versão do verbete considere que as medidas adotadas por D. João VI contribuíram para o progresso da civilização na colônia tropical, as políticas impopulares e a percepção de injustiça criaram um mal-estar profundo e enraizado na população, difícil de ser resolvido apenas com medidas superficiais.

Mas este príncipe tinha praticado o erro de aumentar os impostos, de reclamar como direito natural a propriedade das minas d'ouro e pedras preciosas descobertas, algumas em terrenos particulares, e de se mostrar muito parcial com os portugueses, seus compatriotas, na administração da justiça. [...] a reforma de numerosos abusos, o estabelecimento da liberdade do comércio, o progresso da civilização não

³⁶ *Ibid.* p. 132.

bastavam a contrabalançar o descontentamento que lavrava cada vez mais fundo as raízes.³⁷

Também é relevante notar que o período de governo de D. João VI é o único, em toda a acepção, no qual são narrados conflitos e revoltas, inclusive republicanas, que os autores mobilizados por Castelo Branco descrevem como revoluções, de modo a ressaltar o caos que o então príncipe não conseguiu controlar. Esses conflitos, segundo o trecho adicionado, teriam sido o prelúdio para a independência do território. Ao final, D. João VI é representado como um monarca exasperado que desprezava a colônia que o acolheu, retornando a Portugal e deixando o governo a seu filho, D. Pedro de Alcântara.³⁸

Em contrapartida, o então D. Pedro I é retratado durante seu governo como um príncipe esforçado e dedicado à nação brasileira. Suas atitudes são consideradas louváveis, sem grandes contestações, e benéficas para o Brasil. O exemplo do Poder Moderador, um poder constituinte conferido ao Imperador pela Constituição de 1824 até o término do governo dos Bragança, em 1889, ilustra a autoridade do Imperador sobre os poderes políticos. Conforme destaca Christian Lynch, embora inspirado em um modelo francês, o Poder Moderador adquiriu no Brasil significados próprios, os quais, “com o tempo, passaram a ser associados às próprias características que o Estado brasileiro deveria apresentar perante os desafios da construção nacional”.³⁹ Lynch evidencia que esses significados foram alvo de intensos debates durante o Império, com defensores e críticos de sua aplicação — aspecto que não aparece no verbete analisado.

Além disso, a afirmação de que a Constituição era muito democrática⁴⁰ levanta questionamentos sobre quais grupos estavam, de fato, incluídos nessa democracia, pois, ao longo do período monárquico, amplas camadas da população, como escravizados, mulheres e pessoas sem propriedade, eram geralmente excluídas dos processos políticos. Debates como o de Maria Hilda B. Paraíso em seu artigo *Construindo o estado da exclusão: os índios brasileiros e a constituição de 1824*, demonstra que o texto constitucional esteve longe de representar uma unidade consensual, ao contrário, foi alvo de intensos debates, disputas e

³⁷ *Idem.*

³⁸ *Idem.*

³⁹ LYNCH, Christian Edward Cyril. O discurso político monarquiano e a recepção do conceito de poder moderador no Brasil (1822-1824). *Dados*, v. 48, n. 3, p. 611-653, 2005.

⁴⁰ CAMPAGNE, Émile-Mathieu; BRANCO, Camilo Castelo, *op. cit.*, p. 132.

negociações, sobretudo por meio da pressão de classes dominantes, revelando tensões profundas sobre quem realmente estava incluído ou não no projeto de nação brasileira.⁴¹

Apesar de seu esforço e de atitudes positivas em favor dos brasileiros, a versão fundida por Castelo Branco relata que D. Pedro I foi constantemente recebido com ingratidão pela população. Suas ações como imperador foram frequentemente contestadas, e os conflitos são mencionados pelo escritor de forma diferente da que empregara para D. João VI: não se tratava de revoltas e revoluções que eclodiam em todo o território, mas de algumas insatisfações da população. É apresentado ao leitor um imperador que fez de tudo pelo Brasil, mas que, segundo o escritor, nada adiantou. Assim, conforme o último trecho das aspas de Monglave, adicionado por Castelo Branco:

“Fez uma viagem a Minas, esperando reconquistar a opinião e afeto público, e não o conseguindo, entrou a 15 de maio de 1831 no Rio de Janeiro, no meio da indiferença geral, o que profundamente lhe magoou o coração”. “A 6 de abril rebentou uma revolução, em seguida à qual este príncipe, tão benevolente e tão enérgico, abdicou a 7 em favor de seu filho; e a 13 embarcou para a Europa com a imperatriz, e o irmão d'esta princesa”. (Garay de Monglave).⁴²

A narrativa composta por Castelo Branco sobre a História do Brasil é notável pela riqueza de detalhes cronológicos, abrangendo não apenas os anos, mas também os dias e meses específicos em que os eventos se desenrolaram. Ademais, os escritos são compostos por uma plêiade de personagens, majoritariamente portugueses, caracterizados de forma heroica e como defensores inflexíveis da nação, apesar de frequentemente incompreendidos e sujeitos a erros, mas sempre com o intuito de proteger e unificar o país. Embora português, Camilo Castelo Branco acabava por reforçar, por meio da adição de eventos relevantes e da exaltação de grandes personagens, símbolos de grandeza e heroísmo que, conforme observa Lucia Lippi, no Brasil, “fez a nação ser concebida como uma entidade emotiva, símbolo da singularidade, à qual todos os homens deveriam se integrar”.⁴³ Dessa forma, sua narrativa alimentava no imaginário social o sentimento de pertencimento a uma comunidade afortunada e promissora: a nação brasileira.

⁴¹ PARAÍSO, Maria Hilda B. Construindo o estado da exclusão: os índios brasileiros e a Constituição de 1824. *Clio-Revista de Pesquisa Histórica*, n. 28.2, 2011.

⁴² CAMPAGNE, Émile-Mathieu; BRANCO, Camilo Castelo, *op. cit.* p. 133.

⁴³ OLIVEIRA, Lúcia Lippi. *A questão nacional na Primeira República*. São Paulo: Brasiliense; Brasília: CNPq, 1990. p. 43-44.

O acento patriótico é uma constante nas aspas adicionadas pelo escritor, sobretudo nos comentários sobre o imperador D. Pedro I. Traços do romantismo, como a exaltação da singularidade do indivíduo em harmonia com o sentimento de pertença a uma comunidade — a nação portuguesa, por óbvio — são evidentes na narrativa. Todavia, o elemento mais marcante é a acentuada exaltação da monarquia, agora nas palavras de Joaquim Pinto de Campos, frequentemente contrastada com os regimes políticos das demais nações das Américas. Demonstrando certa repulsa diante da implantação da república nesses países, as aspas de Pinto de Campos enaltecem a vizinha nação monárquica que dera origem a eles:

Haviam caído em pedaços todas as possessões americanas da grande nação espanhola; cada zona, cada palmo d'esse território se foi progressivamente destacando, como corpo moribundo, invadido pela gangrena, e que vai sucessivamente pagando o seu tributo à dissolução e à morte. [...] Todos esses destroços da nobre Espanha se foram atenuando e nulificando; a forma republicana implantou neles o gérmen da anarquia, e a caudilhagem, e a desordem e o retrocesso campearam impunes nas plagas outrora regidas pelo leão de Ibéria.⁴⁴

A adoção de palavras negativas é adequada nos comentários anexados por Castelo Branco, pois transmitem ao leitor, além da desqualificação da república, a ideia de que os países que adotam esse regime são caóticos, perversos e doentios. O substantivo “gangrena” contém um significado depreciativo que sintetiza sua visão sobre a república: como podemos constatar no *Diccionario da Lingua Portuguesa* (1877), de Antonio de Moraes Silva, o vocábulo refere-se tanto à “corrupção nas feridas e partes do corpo, que as vai amortecendo” e à “doença contagiosa que se derrama” quanto, em sentido figurado, à “corrupção moral profunda”.⁴⁵ Assim, a república, para o escritor, não é apenas uma degeneração moral, mas uma doença que corrompe as partes do corpo social até o levar à morte. O Brasil, então, surge como um contraponto estável, saudável e em harmonia, e, por isso, digno de elogios:

Por um contraste esplendido, o Brazil estabelecendo um cordão sanitário, único da America, contra as ideais e instituições demagógicas, lançou á terra, desde o dia da sua separação, a semente d'esta grandeza e prosperidade, que tornará nossos vindouros felizes e poderosos.⁴⁶

Detalha, ainda, os fatores que conduziram o Brasil a um rumo tão venturoso, enfatizando a natureza pacífica da população brasileira, mas sublinhando o discernimento dos

⁴⁴ *Ibid.* p. 134.

⁴⁵ SILVA, Antonio de Moraes. **Diccionario da lingua portugueza**. 7. ed. Lisboa: Typographia de Joaquim Germano Souza Neves, 1877. Tomo II. p. 20.

⁴⁶ CAMPAGNE, Émile-Mathieu; BRANCO, Camilo Castelo, *op. cit.* p. 134.

portugueses que, impulsionados por seu ímpeto civilizador, instauraram no país uma monarquia que conseguiu superar conjunturas difíceis e que — mais uma vez elogiando o papel do primeiro imperador — contou com D. Pedro I para conceder à nova nação americana, sua primeira constituição.⁴⁷ Um ponto notável no verbete ampliado por Castelo Branco é a interligação que propõe entre a Constituição, outorgada em 1824, e o nascimento, em 1825, daquele que seria o segundo imperador do Brasil. De acordo com suas palavras, “dessa constituição salvadora é o snr. D. Pedro II irmão gêmeo”.⁴⁸ Por essa razão, argumenta que o Brasil terá um futuro promissor, uma vez que o Imperador segue fielmente a constituição que nasceu junto com ele, e que a monarquia permanece extremamente respeitada pela população, a ponto de ninguém a contestar.⁴⁹

Diferentemente do Brasil, onde a vinda da Corte contribuiu para a manutenção da unidade territorial e do regime monárquico, as ex-colônias da América Espanhola vivenciaram rupturas significativas naquele mesmo período. Entretanto, a análise de Camilo Castelo Branco desconsidera os diversos processos enfrentados por aqueles países. Além disso, ao não apontar as complexidades e os problemas enfrentados pelo Brasil ao longo do período monárquico e ao exaltar a manutenção da monarquia no território brasileiro, o escritor apaga as tensões sociais, a escravidão e as desigualdades econômicas. O período regencial,⁵⁰ por exemplo, palco de inúmeras crises e revoltas no Império, não é mencionado uma única vez no verbete. Ao contrário, ele desenha um quadro positivo do Brasil após a Independência, cujos conflitos não teriam abalado a unidade do país que tendia, cada vez mais, a prosperar.

Ao longo do verbete, utilizando os textos de Monglave, após, Pinto de Campos, e então, novamente, retomando as aspas de Monglave, Camilo Castelo Branco descreve uma jovem nação — dotada de abundantes recursos naturais e de habitantes “amáveis, joviais e afetuosos”, sobretudo os das classes elevadas — que se encaminha para um futuro de prosperidade, mesmo porque mantém estreitas relações com Portugal. Este último atributo pode ser interpretado como a expressão do patriotismo do escritor português em relação à sua própria terra. A História do Brasil, nessa parte do verbete, representa e exalta uma unidade de

⁴⁷ *Idem.*

⁴⁸ *Idem.*

⁴⁹ *Idem.*

⁵⁰ Sobre o período, destacamos aqui o trabalho do historiador Marcelo Basille presente no volume dois da coletânea *O Brasil Imperial*, organizada por Ricardo Salles e Keila Grinberg. Cf. BASILLE, Marcello. O laboratório da nação: a era regencial (1831-1840). In: GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo (orgs.). **O Brasil imperial**, v. 2, p. 1831-1870, 2009. p. 53-119.

território e de indivíduos, na qual conflitos são frequentemente subestimados e diversidades, suprimidas. Embora Castelo Branco assinale nessa História, personagens heroicos, como Pedro I e Pedro II, e ambíguos, como D. João VI, todos (portugueses) são igualmente relevantes para a formação e a união da nação brasileira.

Conforme o cânone romântico, Castelo Branco delineia um passado a ser celebrado, com poucos conflitos e ações quase predeterminadas, enquanto projeta um futuro próspero para uma nação ainda em desenvolvimento. Embora o *Diccionario* tenha sido publicado em 1873 e não tenha sido escrito por um brasileiro, nem impresso no Brasil, ele se alinha às inúmeras visões do Brasil que circulavam há muito tempo. Afinal, uma das tarefas inerentes à moldagem da nação brasileira consistia, além da manutenção da ordem, na promoção e difusão da civilização, buscada na Europa. No entanto, a “civilização” também circulava aqui por meio de diversas obras europeias que atravessavam o oceano e aportavam em casas de particulares, ou nas bibliotecas da Corte. Assim, os escritos de Castelo Branco, ao mesmo tempo em que se inscrevem no contexto político, cultural e nacionalista da época, também contribuem para consolidá-lo.

Na edição de 1886, com a colaboração de José Nicolau Raposo Botelho, os significados do verbete “Brazil” no *Diccionario universal de educação e ensino* ocupam um total de dez páginas, quatro a mais que na edição de 1873. Após os escritos de Castelo Branco, Raposo Botelho, ao longo de cerca de uma página e meia, expõe extensas explicações sobre o clima, solo, rios e afluentes. O militar retoma algumas das informações de Campagne, como as referentes ao rio Amazonas. No entanto, sua narrativa é mais detalhada do que a do dicionarista francês. De fato, a descrição geográfica do território era o campo de estudos e de ensino de Raposo Botelho; em sua carreira docente, ele publicou diversos manuais sobre Geografia, sua especialidade, como *Elementos de geographia economica*,⁵¹ publicado em 1891, além de vários manuais sobre Aritmética.

Essas acepções, porém, são acompanhadas de comentários. Após a descrição minuciosa dos elementos geográficos do Brasil, Raposo Botelho delineia um panorama da população brasileira, apresentando dados demográficos que englobam não apenas a composição total da população, mas também algumas divisões raciais, comentando-as. Sua afirmação de que, devido à fertilidade do solo, o país poderia sustentar mais do que o total de

⁵¹ Cf. BOTELHO, José Nicolau Raposo. **Elementos de geographia economica (agricola, industrial e commercial)**. Porto: Magalhães & Moniz Editores, 1891. 3 vols.

sua população, ressalta que a visão do Brasil era a de um paraíso natural, com terras expressivamente férteis e recursos naturais inestimáveis, mas que, por descaso de sua população e, em certa medida, do governo imperial, não são suficientemente valorizados.

Avalia-se a população do Brasil em 12 milhões de habitantes; mas, com a fertilidade do solo que tem, poderia sustentar quase cem vezes mais. Os brancos descendentes dos portugueses ou emigrados de países da Europa, especialmente de Portugal e da Alemanha, são apenas 4 milhões. Os negros, hoje em grande parte já livres, atingem a 3 milhões. Os mulatos 3 a 4 milhões. Os índios, a maior parte dos quais vivem independentes nas florestas do interior, são avaliados em 1 milhão.⁵²

No trecho acima, os dados da composição da população merecem atenção especial. Em 1872, quando foi realizado o primeiro censo da população brasileira,⁵³ a estimativa era de mais de 9 milhões de habitantes.⁵⁴ Este censo, conforme aponta Tarcísio Rodrigues Botelho, “foi bastante eficaz em dar uma resposta ao anseio da elite letrada imperial por uma descrição da nação”,⁵⁵ refletindo uma preocupação que também se manifesta nos dados estatísticos relatados no trecho acima, ou seja, certa inquietação com a distribuição racial da população. De fato, segundo o pesquisador, sobre o censo de 1872: “[a] preocupação com a cor seria o foco das indagações, nas décadas seguintes, acerca dos destinos da nação. Nesta época, estava sendo alvo de reelaboração por parte de uma nova geração de intelectuais, que passava a preocupar-se sobretudo com a questão racial”.⁵⁶

Embora não se saiba a fonte dos dados de Raposo Botelho, pois o segundo censo brasileiro foi realizado apenas em 1890, a forma com que comenta os números que expõe demonstra certo receio quanto à composição racial da população. O uso do advérbio “apenas”, ao se referir à população branca, indica que, para o militar, havia uma insuficiência de brancos no território, ao passo que negros, mulatos e indígenas constituíam a maior parte. Esta é, inclusive, a segunda e última menção à população negra no verbete; a primeira se refere à

⁵² CAMPAGNE, Émile-Mathieu; BRANCO, Camilo Castelo; BOTELHO, José Nicolau Raposo. **Diccionario universal de educação e ensino. Traslado a portuguez e ampliado nos varios assumptos relativos a Portugal por Camilo Castelo Branco**. Porto: Livraria Internacional de Ernesto Chardron. Casa Editora Lugan & Genelioux, 1886. p. 287-288.

⁵³ Cf. Diretoria Geral de Estatística. **Recenseamento do Brasil em 1872**. Rio de Janeiro: Typographia G. Leuzinger, 1874.

⁵⁴ O número conta com a exclusão de alguns dados de paróquias que não foram contabilizados, resultando na omissão de cerca de 180 mil habitantes das estatísticas. Cf. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Brasil: 500 anos de povoamento**. Rio de Janeiro, 2000. p. 221. Disponível em: <https://brasil500anos.ibge.gov.br/estatisticas-do-povoamento/evolucao-da-populacao-brasileira.html>. Acesso em: 22 out. 2025.

⁵⁵ BOTELHO, Tarcísio Rodrigues. *op. cit.* p. 177.

⁵⁶ *Idem*.

atuação dos escravizados nos trabalhos extrativistas e agrícolas. Botelho, assim como Castelo Branco, evidencia que a percepção, por parte dos setores dominantes da sociedade, de que a população negra era maior do que a branca, também constituía um problema a ser enfrentado. Incorporadas ao Brasil tardiamente, como explica Lilia Schwartz, as teorias raciais já estavam amplamente difundidas e valorizadas na Europa em meados do século XIX.⁵⁷ Ainda assim, conforme a análise de Botelho acima, e da historiadora Ivana Stolze Lima, percebemos que as preocupações raciais já geravam tensões nos letrados brasileiros: como exemplo, elementos considerados nacionais, como a imagem do “índio” (no singular, como figura única), eram exaltados, porém, pertencentes à origem da nação, logo, ao passado. O mesmo não ocorreu com elementos culturais africanos, que recebiam certa indisposição dos letrados para serem incluídos no projeto nacional, por mais que estivessem presentes no cotidiano da Corte.⁵⁸

Em outra passagem, Raposo Botelho trata especificamente das populações indígenas, as quais, segundo ele, vivem pacificamente em diferentes e distantes regiões do Amazonas. Ele descreve-as como populações isoladas, autossuficientes, e comenta que os barcos a vapor, possivelmente pertencentes às populações não-indígenas, são os únicos indícios de civilização nessas áreas. Aqui temos a oposição, comum no século XIX, entre civilização e natureza, em que os indígenas são novamente associados ao selvagem, marcado sobretudo pela existência de uma civilização distinta a eles. Além disso, o autor recorre ao determinismo climático, igualmente visto no trecho de Campagne e comum no Oitocentos, ao atribuir ao clima tropical uma suposta falta de atividade dos indígenas, reforçando a ideia de uma fronteira entre civilização e barbárie, neste caso, próxima à noção de gentilismo aplicada a essas populações:

As povoações que circundam o Amazonas distam às vezes 200 quilômetros uma das outras; os índios que as habitam vivem indolentes e tranquilos neste clima, que fornece o preciso para as suas necessidades, mas cuja influência enervadora não desperta neles nenhuma atividade. Os vapores que sulcam as águas do rio são quase que os únicos representantes da civilização nestas paragens.⁵⁹

Raposo Botelho também louva a atuação do imperador D. Pedro II na questão educacional, sugerindo que as iniciativas são bem-sucedidas devido à liderança esclarecida do

⁵⁷ SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O Espetáculo das Raças**: cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870-1930. São Paulo: Companhia das Letras, 1993. p. 14.

⁵⁸ LIMA, Ivana Stolze. A língua brasileira e os sentidos de nacionalidade e mestiçagem no Império do Brasil. **Topoi (Rio de Janeiro)**, v. 4, p. 334-356, 2003. p. 347.

⁵⁹ CAMPAGNE, Émile-Mathieu; BRANCO, Camilo Castelo; BOTELHO, José Nicolau Raposo, *op.cit.* v. 1, p. 287.

monarca. Esta visão coincide com a de Camilo Castelo Branco, que considerava a monarquia como o alicerce da prosperidade do império. Além disso, elogia com frequência a gratuidade do ensino no Brasil, salientando que as despesas para a manutenção desse encargo eram custeadas pelo Estado e pelas províncias. De fato, a instrução pública recebeu especial atenção da política imperial. Segundo a pesquisadora Selma Rinaldi Mattos, era oferecida pelo Estado, que se comprometia a fornecer ensino gratuito e permitia a coexistência de escolas públicas e particulares. Para a pesquisadora, “[d]isseminar a instrução, fiscalizar as escolas, escolher um método e encontrar mestres qualificados eram algumas das preocupações dos dirigentes que haviam se imposto a tarefa de construir um Estado”,⁶⁰ A organização de uma instrução pública pelo Estado tinha como um dos objetivos retirar a educação do ambiente familiar, de modo a homogeneizar o ensino. O militar também ressalta a existência de instituições de ensino livre, ou seja, escolas particulares ou filantrópicas, como o Liceu de Artes e Ofícios que, além de oferecer instrução equivalente ao ensino público, aceita alunas. A menção ao consentimento do Estado para a abertura dessas instituições indica a fiscalização do governo imperial nos programas estabelecidos, de modo a alinhá-los aos padrões considerados adequados ao país.⁶¹

Os escritos de Camilo Castelo Branco e José Nicolau Raposo Botelho apresentam diferenças de enfoque: o primeiro aborda aspectos históricos com opiniões explícitas e recursos literários, enquanto o segundo descreve características geográficas, populacionais e institucionais com tom mais instrutivo e opiniões relativamente discretas. No entanto, os escritos de ambos compartilham uma visão homogeneizada do território brasileiro, com uma economia em desenvolvimento e uma prosperidade inevitável. Os escritos sugerem um território unificado, cujos fatos dignos de menção obedecem a uma lógica evolutiva, conforme o pensamento vigente à época, e dotado de uma harmonia sustentada pelos recursos naturais e alicerçada no Império, não por acaso, tão elogiado por Camilo Castelo Branco e por José Nicolau Raposo Botelho. Afinal, o Império nascera e florescera com a dinastia dos Bragança, de origem portuguesa. Ambos caracterizam, ao longo de todo o verbete, de fato, uma comunidade imaginada: uma nação em plena construção, mas com a prosperidade

⁶⁰ MATTOS, Selma Rinaldi. *Brasil em lições: a história do ensino de história do Brasil no Império através dos manuais de Joaquim Manuel de Macedo*. Tese (Mestrado em Educação) – Departamento de Filosofia da Educação, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 1993. p. 43.

⁶¹ CAMPAGNE, Émile-Mathieu; BRANCO, Camilo Castelo; BOTELHO, José Nicolau Raposo, *op.cit.* v. 1, p. 288.

garantida pela composição do território, o clima favorável, um governo justo e uma população pacífica que caminha rumo à civilização aos moldes europeus.

Conclusões

Retomamos a perspectiva do historiador Benedict Anderson, na qual a produção e circulação de obras impressas auxiliaram no desenvolvimento de formações discursivas que moldam coletividades, ao inspirarem sentimentos de pertencimento e fornecerem, a indivíduos e grupos sociais, uma memória comum. Nesta perspectiva, procuramos demonstrar no presente estudo, que diversos componentes dispostos no verbete “Brazil”, em ambas as edições portuguesas, contêm representações de uma nação unificada desde o período colonial. Além disso, as acepções também projetam um futuro promissor para o Brasil.

Os textos, sobretudo os acrescentados pelos colaboradores portugueses, integram-se no contexto sócio-político-cultural brasileiro, àquela altura, repleto de questões e tensões nos debates das elites sobre o problema nacional. No *Diccionario*, alguns conflitos são narrados, mas muitos são excluídos, como, por exemplo, as rebeliões que irromperam ao longo do período regencial. Por outro lado, os imperadores D. Pedro I e D. Pedro II são descritos como figuras elementares que conduziam a sociedade rumo à ordem. A questão racial é mencionada em poucos trechos; a população negra não recebe realce nem protagonismo e os indígenas são referidos, sempre, como indivíduos pertencentes à natureza e distantes da civilização. Com suas opiniões, ora explícitas, ora veladas, E. M. Campagne, mas, sobretudo, Camilo Castelo Branco e José Nicolau Raposo Botelho, concebem uma imagem do Brasil e dos brasileiros com poucas fissuras — representadas, no verbete, principalmente, pela questão racial, bem como pelas populações indígenas e a diversidade do território —, mas ainda assim em pleno desenvolvimento, prontos para se igualarem às potências da época.

Referências

O APOSTOLO: Periodico religioso, moral e doutrinario, consagrado aos interesses da religião e da sociedade. Rio de Janeiro, 1876.

CAMPAGNE, Émile-Mathieu; BRANCO, Camilo Castelo. **Diccionario universal de educação e ensino.** Braga: Livraria Internacional de Eugenio Chardron, 1873. 2 vol.

_____; BOTELHO, José Nicolau Raposo. **Diccionario universal de educação e ensino**. Porto: Livraria Internacional de Ernesto Chardron. Casa Editora Lugan & Genelioux, 1886.

CORREIO PAULISTANO. São Paulo, 1876.

DIARIO DE BELÉM: Folha Política, Noticiosa e Commercial. Belém, 1874.

JORNAL DO COMMERCIO. Rio de Janeiro, 1874.

SILVA, Antonio de Moraes. **Diccionario da lingua portugueza**. 7. ed. Lisboa: Typographia de Joaquim Germano Souza Neves, 1877. Tomos I e II.

ANDERSON, Benedict. **Comunidades imaginadas**: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

BASILE, Marcello. O laboratório da nação: a era regencial (1831-1840). In: GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo (orgs.). **O Brasil imperial**, v. 2, p. 1831-1870, 2009. p. 53-119.

BOTELHO, José Nicolau Raposo. **Elementos de geographia economica (agricola, industrial e commercial)**. Porto: Magalhães & Moniz Editores, 1891. 3 vols.

BOTELHO, Tarcísio Rodrigues. Um povo para uma nação: censos e a construção nacional no Brasil Imperial. In: BOTELHO, Tarcísio Rodrigues. **População e nação no Brasil do século XIX**. 1998. 241 f. Tese (Doutorado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998. f. 148-178.

Diretoria Geral de Estatística. **Recenseamento do Brazil em 1872**. Rio de Janeiro: Typographia G. Leuzinger, 1874.

CARMO, Laura Aparecida Ferreira do. Dicionários em Portugal e no Brasil. In: CARMO, Laura Aparecida Ferreira do. **O léxico do Brasil em dicionários de língua portuguesa do século XIX**. 2015. Tese (Doutorado em Língua Portuguesa) — Instituto de Letras, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015. f. 34-58.

COSTA, A. Gomes da. **História**. s/d. Sobre o Real Gabinete. Disponível em: <https://www.realgabinete.com.br/O-Real-Gabinete/Sobre-o-Real-Gabinete/Historia>. Acesso em: 13 out. 2024.

DICIONÁRIOS PORTO EDITORA (INFOPÉDIA) (Porto). Porto Editora. **José Nicolau Raposo Botelho**. Disponível em: [https://www.infopedia.pt/artigos/\\$jose-nicolau-raposo-botelho](https://www.infopedia.pt/artigos/$jose-nicolau-raposo-botelho). Acesso em: 26 fev. 2016.

FRANÇA. BIBLIOTHÈQUE NATIONALE DE FRANCE. (org.). **Catalogue Général**. Notice de personne. Disponível em: <https://catalogue.bnf.fr/ark:/12148/cb12990466w.public>. Acesso em: 26 fev. 2026.

FUNDAÇÃO CASA DE RUI BARBOSA. **Biblioteca de Rui Barbosa. Informações sobre o acervo**. Disponível em: <https://www.gov.br/casaruibarbosa/pt-br/atuacao/acervos/biblioteca-de-rui-barbosa>. Acesso em: 13 out. 2025.

GRANJA, Lúcia. A circulação dos impressos no Brasil do século XIX (atores do mundo dos livros). **Olho d'água**, v. 13, n. 1, 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Brasil: 500 anos de povoamento**. Rio de Janeiro, 2000. p. 221. Disponível em: <https://brasil500anos.ibge.gov.br/estatisticas-do-povoamento/evolucao-da-populacao-brasileira.html>. Acesso em: 22 out. 2025.

KINCHESCKI, Ana Paula de Souza; FERBER, Luiza Pinheiro; SILVA, Vera Lucia Gaspar da. Em defesa da escolarização da infância: Notas sobre a obrigatoriedade e o provimento material. **Communitas**, v. 7, n. 15, p. 18-36, 2023.

LYNCH, Christian Edward Cyril. O discurso político monarquiano e a recepção do conceito de poder moderador no Brasil (1822-1824). **Dados**, v. 48, n. 3, p. 611-653, 2005.

MATTOS, Selma Rinaldi. **Brasil em lições: a história do ensino de história do Brasil no Império através dos manuais de Joaquim Manuel de Macedo**. Tese (Mestrado em Educação) – Departamento de Filosofia da Educação, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 1993.

NUNES, José Horta. Dicionarização no Brasil: condições e processos. In: NUNES, José Horta; PETTER, Margarida (org.). **História do saber lexical e constituição de um léxico brasileiro**. São Paulo: Humanitas / FFLCH / USP: Pontes, 2002. p. 99-120.

PARAÍSO, Maria Hilda B. CONSTRUINDO O ESTADO DA EXCLUSÃO: OS ÍNDIOS BRASILEIROS E A CONSTITUIÇÃO DE 1824. **Clio-Revista de Pesquisa Histórica**, n. 28.2, 2011.

RIO DE JANEIRO. Biblioteca da Marinha. Diretoria do Patrimônio Histórico e Documentação da Marinha. **Histórico**. s/d. Disponível em: <https://www.marinha.mil.br/bibliotecadamarinha/content/historico>. Acesso em: 13 out. 2025.

_____. Fundação Biblioteca Nacional. Ministério da Cultura. **Histórico**. 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/bn/pt-br/aceso-a-informacao-2/institucional/sobre-a-fbn/historico>. Acesso em: 12 out. 2025.

SOARES, Luiz Carlos. Os escravos na prostituição e na mendicância. In: SOARES, Luiz Carlos. **O “Povo de Cam” na capital do Brasil: a escravidão urbana no Rio de Janeiro do século XIX**. Rio de Janeiro: Faperj, 2007. p. 176-191.

VIEIRA, Nanci Rita Ferreira; NEIVA, Luciano Santos. Representações nacionalistas na formação histórico-literária brasileira. **IPOTESI—REVISTA DE ESTUDOS LITERÁRIOS**, v. 18, n. 1, p. 63-72, 2014.